

**EDITORIAL**

---

---

---

O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt surgiu na cidade que traz o seu próprio nome, em 1923. Em torno dele instituiu-se a chamada Escola de Frankfurt, com pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse.

A Escola de Frankfurt caracterizou-se pela radicalidade humanística, pela perspectiva interdisciplinar e pela contestação do capitalismo e da sociedade burguesa. Por meio da obra *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, proporcionou o termo que ainda hoje melhor define a forma como as forças do mercado moldam a cultura na sociedade de massa – e compromete a formação hegemônica de uma razão crítica transformadora em favor de uma razão crítica instrumental – a ‘indústria cultural’. A obra *Eclipse da razão*, de Max Horkheimer, refletiu, entre outros temas, sobre o método e a dialética. As obras *Eros e civilização* e *A ideologia da sociedade industrial*, de Marcuse, inspiraram os movimentos sociais não tradicionais, a exemplo das revoltas estudantis de 1968.

Com Jürgen Habermas, principal representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, ocorreram clivagens com relação à primeira. Teve início à relativização das teses de seus mestres, ao se aproximar da filosofia pragmática norte-americana, por meio de pensadores como Dewey e Peirce. A crítica ‘radical’ ao capitalismo e à sociedade burguesa deu lugar às reflexões voltas para a identificação das possibilidades e dos limites das democracias liberais de massas e de construção de ordens sociais inclusivas.

Atualmente, no contexto de formação de uma terceira geração, a Escola de Frankfurt ainda convive com o rescaldo do declínio de prestígio e influência, que teve início nos anos 1970, com as mortes de Adorno, Horkheimer e Marcuse. Entretanto, permanecem, sobretudo, o espírito de investigação interdisciplinar e a pesquisa focada nos desenvolvimentos contraditórios e conflituosos da modernização capitalista, em curso.

Este número da revista *Fragments Cultura* nos proporciona diversos textos frankfurtianos, bem como outros em que conceitos desta Escola se fazem presentes na apreciação de certos pensadores, vertentes filosóficas e temas. No texto *A Escola de Frankfurt: esclarecimento ou mistificação das massas?*, Lázaro Aparecido Silva procura explorar como o projeto libertador do iluminismo, que propôs a superação do medo, da ignorância e das potências míticas por meio da razão, vê-se mergulhado em uma nova modalidade degradada de mistificação, na medida em que a instrumentalização da razão pelo capital se traduz em nova forma perversa de dominação: razão instrumentalizada que perpassa todo o ‘tecido’ social, mesmo em seus aspectos mais recônditos e insuspeitos, como a escola e a família.

Charles Feldhaus, no texto *Habermas e a Clonagem Humana*, examina a posição de Habermas a respeito da clonagem humana, em especial no que tange a certos argumentos biológicos e pragmáticos no debate acerca da biotecnologia moderna. Procura, ainda, desenvolver algumas considerações sobre ética aplicada com base na posição de Habermas sobre o tema.

A abordagem transgressora de Georges Bataille (1897-1962), no seu intento de subverter antigos idealismos filosóficos e evidenciar a “selvagem impossibilidade” de um ‘eu soberano’, é explorada por Osvaldo Fontes Filho, no artigo *Escrever o Desaparecimento de Si em torno de Le Coupable*, de Georges Bataille.

Dagmar Manieri, no texto *O Senso Crítico em Nietzsche*, expõe a forma como Nietzsche exerce a sua crítica, lançando mão de alguns temas específicos, como a moral ascética, a ciência e o socratismo. Identifica, ainda, como o filósofo valorizou a arte e proporcionou novos horizontes para uma prática consciente e independente.

No texto *A Formação do Cidadão na Obra de Jean-Jacques Rousseau*, Wilson Alves de Paiva sustenta que na obra *Emílio ou da educação*, de Jean-Jacques Rousseau, existiria uma proposta de formação cidadã, norteadas pelos princípios da desnaturação do homem e da sua inserção no mundo civil, para um melhor desenvolvimento e uma harmonização da sociedade.

Javier Lifschitz, no texto *Concepções da Liberdade: fragmentos culturais do século XVIII*, sustenta a hipótese de que os intelectuais do século XVIII representaram a liberdade como uma verdadeira terapêutica. Isto teria decorrido da não-separação entre Filosofia e Psicologia e entre Filosofia e Moral. Seriam reflexões sobre a liberdade como prescrições comportamentais ou como sugestões de práticas auto-administradas para uso dos cidadãos.

Emmanuel Mounier, questionador do individualismo, do niilismo e do ceticismo de nossos tempos, e para quem a pessoa humana se faz na

comunidade como um ser de comunicação consigo mesmo, com o outro e com o mundo que o rodeia, é explorado por Claudemiro Godoy do Nascimento, no texto *A Práxis Filosófica no Pensamento de Emmanuel Mounier em Tempos de Globalização*.

No texto *A Pessoa como Valor Absoluto*, Luís Carlos Lemos da Silva analisa filosoficamente a pessoa como sujeito possuidor de um valor absoluto. A sua tese é que a pessoa como homem concreto encontra-se compelido a transcender o dado cultural.

Maria Helena de Oliveira Brito, no texto *A Imaginação: questões preliminares*, procura algumas explicações para o tema “imaginação”, explorando aspectos como a ambigüidade da imaginação, a imaginação reprodutora e criadora, a relação imaginação/imagem/imaginário e as múltiplas funções do imaginário na vida social e política.

Finalmente, Danilo Rodrigues Pimenta, no texto *Filosofar: um início*, oriundo de uma comunicação acadêmica, faz uma crítica ao que julga ser o método instrumental de ensino de Filosofia nas universidades brasileiras. Procura demonstrar, ainda, que o início do filosofar não é uma visão de texto, como tradicionalmente é trabalhado nas universidades, mas uma visão de mundo.

Prof. Walmir Barbosa  
Editor deste número